

CONSELHO CONSULTIVO DA SUB REGIÃO SUDOESTE

ATA DA 2ª REUNIÃO DA CÂMARA TEMÁTICA DE MEIO AMBIENTE

DATA: 28/06/13

LOCAL: Rua Alberto Giosa, 320 - Parque Francisco Rizzo – Sala do Espaço dos Conselhos, Embu das Artes, SP.

PARTICIPANTES: Vide lista de presença em anexo.

ABERTURA: **Brígida Sacramento**, representando a Secretaria do Desenvolvimento Metropolitano do Governo do Estado de São Paulo apresentou a pauta e convidou **Leda Aschermann** para assumir a Coordenação da Câmara Temática de Meio Ambiente, como definido na primeira reunião.

Agradecendo a presença de todos, Leda expôs a pauta prevista e sugeriu breve apresentação das pessoas e sua procedência. No início da reunião estavam representados, o Sub Comitê da Bacia do alto Tiete, Secretaria Estadual de Habitação, Secretaria Estadual de Saneamento e Recursos Hídricos, Emplasa, CDHU, CETESB, Consórcio de Municípios do Grande ABC, Consórcio Intermunicipal da Região Sudoeste de São Paulo - Conisud, Prefeitura de São Paulo, Sub Prefeitura de Campo Limpo, Sub Prefeitura de Capão Redondo, Prefeitura de Taboão da Serra, Prefeitura de Itapeverica da Serra, Prefeitura de Embu Guaçu, Prefeitura de São Lourenço da Serra, Prefeitura de Jujutiba, Prefeitura de Vargem Grande Paulista, Prefeitura de São Bernardo do Campo, Prefeitura de Embu das Artes, Câmara de Vereadores de Embu Guaçu, Câmara de Vereadores de Embu das Artes, ANLURB – Embu das Artes.

Leda Aschermann traça um histórico sobre a formação dos municípios em consórcio das cidades do ABC quando sob coordenação do ex prefeito Celso Daniel de Santo André e aponta a importância deste Fórum para definição de pautas e políticas públicas regionais.

Amauri Pollachi, Secretaria Estadual de Recursos Hídricos.

Inicia seus comentários sobre Gestão Compartilhada de Recursos Hídricos, panorama sobre atribuições de gestão de áreas de mananciais, relata o percurso das propostas de alteração de legislação e aplicabilidade das Leis nas diferentes instancias.

Lacir Baldusco, Presidente do GRAPROHAB, Secretaria Estadual de Habitação.

Relata que o processo de revisão da lei de Mananciais começou a mais de um ano atrás. Comenta que esta região é foco do desenvolvimento da RMGSP neste momento. Entretanto é a região que possui menor numero de empreendimentos licenciados no GraproHab, denotando o descompasso da legislação com a realidade. Exemplifica que Jujutiba e São Lourenço da Serra não apresentam alternativas para política habitacional, entretanto há crescimento demográfico.

Instrumentos que geram dificuldades devem ser ponto de partida para discussão que tem início nesta reunião.

A Secretaria de Habitação preparou dez pastas com o conteúdo da apresentação que será realizada nesta data do processo de revisão da Lei da APRM/G, que foram entregues para cada Prefeitura presente.

Valentina Denizo, Secretaria Estadual de Habitação.

Inicia sua apresentação sobre a discussão da Leis de APRM/G, citando que realizará uma “síntese dos trabalhos Coordenação da Câmara Técnica de Planejamento e Gestão”. Relata sobre os processos de Licenciamento; as premissas que foram adotadas pelo grupo de discussão; as novas leituras para pontos essenciais; e a proposta inicial de mudança em 27 artigos. Entre os principais: aspectos voltados para habitação, envolvendo quantidade e qualidade. Apresenta mapas e gráficos da Região Sudeste e os percentuais de cada município dentro da RMGSP em áreas de mananciais. Outros temas abordados na exposição: assentamentos subnormais; recuperação urbanística, ambiental e regularização; produção de HIS em APRM/G – áreas de SUC e SUCt; finalmente

53 conclui que o “uso urbano de longa data” ou seja, algumas ocupações são anteriores a
54 própria legislação, denotando o afastamento da realidade da legislação em diversas
55 cidades.

56 Questões preliminarmente apontadas para revisão da Lei Estadual 12333/2006:

57 1. Ampliar caracterização de PRIS
58 2. Simplificar processos do PRIS e HIS
59 3. Proposta para equalizar conceitos e definições, que estão diferentes em cada Lei,
60 como por exemplo: área de intervenção, ocorrência, PRIS, Habitação de Interesse
61 Social, Assentamentos Habitacionais Precários, entre outros.

62 **Valentina Denizo** continua apresentando uma seleção de artigos da Lei, comentando as
63 possibilidades de inclusão ou discussão para este Fórum: proposta para medidas de
64 Compensação, licenciamento e regularização de PRIS e HIS; resolução SMA 25 (10 maio
65 de 2013), Projeto cidade legal – conformidade urbanística; tratamento de esgotamento
66 sanitário; averbações em terrenos; ARO – áreas de restrição a Ocupação; utilização de
67 ferramentas do Estatuto de Cidade – 10157/2001, como Direito de Preempção, que
68 poderia ser adotado em um Estatuto de Metrópole como Zona de Interesse Metropolitano.
69 Regularização em áreas existentes: inserir lote mínimo de 125 m2 e alterar artigo 64.
70 Restrições e propostas: urbanização de favelas, conduzir para um TAC. HIS: produtos
71 especiais.

72 Próximos passos para consolidação de propostas.

73 **Lacir Baldusco**, apresenta sugestões: 1.agilizar processos: agenda para retorno de
74 subsídios. 2.propostas para unificação de conceitos entre diferentes legislações.
75 Abertura da palavra aos presentes.

76 **Geraldo Juncal Junior**, Embu das Artes.
77 Relata que nos Planos Diretores de várias cidades, não houve abordagem específica
78 contemplando uso do solo anterior a Lei Específica. No Projeto do RodoAnel, não foi
79 previsto plano de expansão da malha metropolitana; apenas a abordagem do sistema
80 viário, portanto, não foi abordado o efeito das ocupações do solo em áreas de
81 metropolitanas periféricas. Relata algumas dificuldades de continuidade em projetos
82 anteriormente aprovados pelo DUSM e a nova resolução de PRIS.

83 **Jumara Bocatto**, Itapeverica da Serra
84 Aponta prioridades para varias alterações: habitações de interesse social e
85 empreendimentos também.

86 **Daniel Lourenço**, Embu Guaçu
87 Relata necessidade de revisão dos mapas das sub áreas, em cima de lotes e ruas para
88 evitar dificuldades de interpretação. Comentou que está ocorrendo o fechamento de
89 indústrias que geram empregos devido interpretação da Lei, onde aprovações de
90 operação ANTES da Lei de Manancial deve ser considerada. Cita alguns artigos que
91 merecem revisão, que a entidade que representa apresentará no momento adequado.

92 **Hercules de Melo**, Juquitiba
93 Relata a importância da solução para questão do saneamento e fornecimento de água,
94 pois em sua cidade 4000 casas possuem rede de água, 1000 com rede de esgoto e 4000
95 sem nada. Outra questão prioritária é a titularidade de imóveis.

96 **Pedro Anjolo**, Juquitiba
97 Relata que a compensação financeira por utilização de recursos ambientais é uma das
98 alternativas, para as cidades com limitações para seu desenvolvimento.

99 **Paulo Oliveira**, CONISUD
100 Aponta que contribuirão para esta discussão outras Câmaras Técnicas com outros temas,
101 Habitação, Resíduos Sólidos, Drenagem, Desenvolvimento Econômico entre outras.

102 **João Ramos**, ANLURB – Embu das Artes
103 Concorda sobre a necessidade de atualização da base cartográfica, para cruzamento com
104 informações dos Planos Diretores das cidades.

105 **Lacir Baldusco** comenta que devemos apresentar propostas de revisão para resolver
106 rapidamente os assuntos abordagem. A questão de atualização dos mapas pode demorar.
107 Comenta também sobre o foco em habitação porque se trata de tema urgente, entretanto
108 outras áreas poderão ser contempladas.

109 **Encaminhamentos:**

110 **Mauro Pollachi** propõe como meta a elaboração de propostas até o final do mês de
111 julho. Outra sugestão, criar um GT específico com um ou dois representantes de cada
112 município. Finaliza apontando o necessário rigor da fiscalização das cidades em defesa
113 das águas, deixando cópias de propostas para convênios de fiscalização integrada.

114 **Leda Aschermann**, aprovou a 1ª ata e convidou para próxima reunião em 28/08/13.

115 **FECHO:** Não tendo mais assuntos a serem tratados, a 2ª(segunda) reunião da Câmara
116 Temática de Meio Ambiente do Conselho Consultivo da Sub-Região Sudoeste iniciada às
117 9h(nove horas) foi encerrada às 12h30 (doze horas e trinta minutos), relator Jose Ovídio
118 Peres Ramos. Embu das Artes, 28 (vinte e oito) de junho de 2013 (dois mil e treze).